



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



135

Habeas Corpus nº 0203006-8

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira

Impetrante/Paciente: Jorge Ramiro da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Gersa Torres de Lima

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR - CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO - ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II e IV C/C ARTIGO 29, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - PRISÃO PREVENTIVA - INÉPCIA DA DENÚNCIA - EXCESSO DE PRAZO - DESNECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PROVISÓRIA - **PARCIALMENTE PROCEDENTE** - DENÚNCIA ATENDEU AO SEU PROPÓSITO, EXPONDO O FATO CRIMINOSO, QUALIFICANDO O ACUSADO, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL, CONSTITUI MEDIDA DE CARÁTER EXCEPCIONAL, SÓ MOSTRANDO-SE CABÍVEL EM HABEAS CORPUS QUANDO SE COMPROVE, DE MODO INEQUÍVOCO, A ATIPICIDADE DA CONDUTA, A INCIDÊNCIA DE CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA OU DE PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO, CIRCUNSTÂNCIAS, ESTAS, NÃO DEMONSTRADAS NO CASO EM ANÁLISE - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PREVENTIVA, COM DECISÃO CALCADA NOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA MEDIDA COATIVA, ENCONTRANDO-SE PERFEITAMENTE FUNDAMENTADA E AMPARADA JURIDICAMENTE, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 311 A 313, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - EVENTUAIS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DO PACIENTE COMO PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E RESIDÊNCIA FIXA NÃO SÃO GARANTIDORES DE DIREITO SUBJETIVO À LIBERDADE PROVISÓRIA, SE OUTROS ELEMENTOS DOS AUTOS RECOMENDAM A CUSTÓDIA PREVENTIVA (PRECEDENTES - STJ) - **DEMORA INJUSTIFICÁVEL** - PACIENTE CUSTODIADO HÁ MAIS DE 04 (QUATRO) ANOS SEM QUE TENHA SIDO JULGADO PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI - DEMORA NÃO IMPUTADA EXCLUSIVAMENTE A DEFESA, NUM FEITO CRIMINAL SEM ORNAMENTO DE COMPLEXIDADE EXPLÍCITA - ORDEM **PARCIALMENTE** CONCEDIDA - EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0203006-8, da Vara Única da Comarca de Cupira, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em CONCEDER PARCIALMENTE a presente ordem de Habeas Corpus no tocante ao EXCESSO DE PRAZO, expedindo-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor da paciente, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 19 de *junho* de 2010

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

RMCCO (HC 0203006-8)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE, PE CEP 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



Habeas Corpus nº 0203006-8

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira

Impetrante/Paciente: Jorge Ramiro da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Gerusa Torres de Lima

RELATÓRIO

JORGE RAMIRO DA SILVA, devidamente qualificado às fls. 02, impetrou em seu favor a presente ordem de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR*, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira.

Emerge da inicial que o impetrante, ora paciente, foi denunciado nos autos do **processo-crime nº 417.2005.000005-4**, como incurso nas sanções do **artigo 121, § 2º, incisos II e IV c/c artigo 29, ambos do Código Penal**, encontrando-se custodiado e recolhido há **mais de 04 (quatro) anos** à Unidade Penitenciária de Caruaru, sem que haja previsão do julgamento final perante o Tribunal do Júri, o que evidencia flagrante constrangimento ilegal por **excesso de prazo**.

Argumentou o impetrante, ainda, pela **ilegalidade do decreto de prisão preventiva** em razão da total ausência de fundamentos que justifiquem sua determinação.

Sustentou, também, que a **denúncia é inepta**, pois não obedeceu aos requisitos contidos no artigo 41, do Código de Processo Penal e que o processo ao qual responde encontra-se em desarmonia com os *princípios da publicidade, do devido processo legal, ampla defesa, contraditório, proporcionalidade, razoabilidade e da verdade processual*.

A inicial veio desacompanhada de documentos.

Indeferido o pedido de liminar, às fls. 27/28.



Informações prestadas às fls. 34, esclarecendo o magistrado que o **paciente foi pronunciado** em 13/02/2007 (fls. 39/42), sendo confirmada em grau de recurso no mês de novembro de 2007 (fls. 43/45).

Acresceu o magistrado que o supracitado processo-crime encontra-se saneado e pronto para julgamento, não tendo sido designada sessão na Egrégia Corte Popular em face da ausência de juiz titular na Comarca de Cupira, além do elevado número de feitos em trâmite naquele Juízo.

A eminente Procuradora de Justiça, Dra. Gerusa Torres de Lima, ofereceu parecer às fls. 49/50, opinando pela **concessão da ordem**.

É o relatório

Recife, 19 de janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



Habeas Corpus nº 0203006-8

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira

Impetrante/Paciente: Jorge Ramiro da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Gerusa Torres de Lima

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Antes de adentrar no mérito do presente *writ* ressalto o entendimento doutrinário no sentido de verificar **ausência de justa causa para a ação penal** somente quando, de pronto e sem necessidade de apreciação valorativa do conjunto fático ou probatório, restar evidenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentam a acusação ou, ainda, a constatação de causas que venham a extinguir a punibilidade.

De modo semelhante, só será acolhida a alegação de inépcia da denúncia quando for demonstrada uma inequívoca deficiência capaz de impedir a compreensão da acusação e em flagrante prejuízo à defesa do réu, o que não se verifica no caso em apreço.

Pois bem.

Ao efetuar simples leitura da denúncia (fls. 35/37) percebo que a mesma atendeu ao seu propósito, expondo o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, qualificando os acusados e classificando o crime que lhes foi imputado, em perfeita harmonia com o artigo 41, do Código de Processo Penal, o que afasta qualquer possibilidade de ausência de justa causa para o ajuizamento da ação penal.

Em que pesem as bem traçadas linhas da inicial, não há como acolher os argumentos trazidos pelo impetrante uma vez que a custódia apresenta-se em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico e a **decisão de pronúncia que manteve a prisão preventiva** (fls. 39/42) atendeu aos ditames do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

RMC/O (HC 0203006-8)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



De fato, ainda que a ordem constitucional consagre dentre as garantias individuais o princípio da presunção de inocência, resultando na regra do acusado poder aguardar o julgamento de seu processo em liberdade, não vislumbro no caso em apreço tal aplicação tendo em vista que a prisão provisória restou admitida a título de cautela por tratar-se de situação onde se constatou todos os requisitos do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Já quanto ao alegado pelo impetrante acerca dos antecedentes, primariedade e domicílio certo como condições favoráveis à **concessão da liberdade provisória**, entendo como carente de fundamentação, haja vista a presença marcante de elementos que induzem a segregação, não tendo o paciente demonstrado qualquer mudança do quadro fático.

Trago à baila o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em situação semelhante:

STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - ROUBO CIRCUNSTANCIADO (USO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES) - PRISÃO EM 16.11.06 - FLAGRANTE PRESUMIDO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PERICULOSIDADE DO PACIENTE REVELADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA INSTRUÇÃO ENCERRADA. PARECER DO MPF PELA DENEGACÃO DA ORDEM - ORDEM DENEGADA - 1. Preso o paciente pouco tempo depois do crime em razão de diligências policiais, ainda de posse dos objetos roubados, não há que se falar em inexistência de flagrante, perfeitamente aplicável à hipótese o art. 302, IV do CPP. 2. In casu, a manutenção da prisão encontra-se justificada na garantia da ordem pública, pois o modus operandi da conduta criminosa denota a periculosidade do paciente. 3. Consoante as informações da autoridade apontada como coatora, a Ação Penal, à época da impetração, já se encontrava na fase do art. 500 do CPP, estando prestes a ser sentenciado o feito, o que menos justifica a alteração da situação processual do paciente. 4. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial" (HC 90614 / SP 2007/0217481-8, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T-5, Data do Julgamento: 27/11/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 19/12/2008)



Quanto ao argumento calcado no **excesso de prazo**, diversamente das primeiras alegações dispostas na inicial, entendo ser procedente, haja vista a alegada demora eivar de ilegalidade a segregação em testilha. Senão vejamos.

Das informações prestadas pela autoridade impetrada, percebe-se que a lentidão no andamento do processo-crime é motivada por deficiência na máquina estatal, encontrando-se a Comarca de Cupira sem juiz titular além do elevado número de feitos em trâmite naquele Juízo.

Não vislumbro qualquer ornamento de complexidade no processo a que responde o paciente, pois trata de ação penal pública ajuizada em face de apenas 02 (dois) acusados ré onde se apura o cometimento do crime de homicídio duplamente qualificado no ano de 2005 (fls. 35/37).

Portanto, pela detida análise dos autos, constato que resta injustificável a manutenção da prisão da paciente pelo crime descrito na denúncia até a presente data sem que haja previsão do julgamento perante a Egrégia Corte Popular de Justiça, inexistindo culpa exclusiva da defesa ou outro motivo amparado pela razoabilidade jurídica, o que resulta, assim, em evidente excesso de prazo.

Nesse diapasão é o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

STF: "(...) Inequivoco excesso de prazo, sem o encerramento da instrução criminal, que não pode ser atribuído aos recorrentes e que sobrepuja os temperamentos admissíveis à luz do juízo de razoabilidade e prejudica eventual fundamento cautelar da prisão (...)" (RHC 88339 / ES - ESPÍRITO SANTO, RECURSO EM HABEAS CORPUS, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Órgão Julgador: Primeira Turma, Julgamento: 22/08/2006)

STJ: "HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. RÉU PRESO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO HÁ MAIS DE QUATRO ANOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. SÚMULA 21. NÃO INCIDÊNCIA. DEMORA, HÁ MAIS DE UM ANO, NA INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. ATRASO NÃO ATRIBUÍVEL À DEFESA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARA O JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. 1. Segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo na instrução não decorre de soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso. Assim, a complexidade do feito, o



grande número de acusados, a necessidade de expedição de precatórias podem justificar maior delonga processual. (...) 3. Embora haja a superveniência de decisão de pronúncia, não se aplica à hipótese o enunciado de Súmula n.º 21 desta Corte, uma vez que o réu não pode permanecer em prisão cautelar indefinidamente, no aguardo de julgamento pelo Tribunal do Júri, que sequer possui data marcada. 4. A custódia cautelar do pronunciado - preso há mais de 4 (quatro) anos -, sem que haja data marcada para a sessão de julgamento, caracteriza violação do princípio da razoável duração do processo. 5. Ordem concedida para, reconhecendo o excesso de prazo na manutenção da custódia cautelar, determinar a expedição de alvará de soltura em favor do ora paciente, se por outro motivo não estiver preso, a fim de que possa aguardar o seu julgamento pelo Tribunal do Júri, em liberdade, mediante comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação" (HC 80410 / SP 2007/0073501-7, Ministro OG FERNANDES (1139), T-6, Data do Julgamento: 01/10/2009, Data da Publicação/Fonte: DJe 26/10/2009)

Posto isto, considerando evidente o excesso de prazo para o julgamento perante o Tribunal do Júri, acolho o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal e voto pela **CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM**, no tocante ao excesso de prazo, determinando a expedição do competente **ALVARÁ DE SOLTURA** em favor de **JORGE RAMIRO DA SILVA**, colocando-o em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso.

Em tempo, oficie-se à Presidência desta Egrégia Corte de Justiça e à Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, dando ciência da situação da Comarca de Cupira, pugnando, outrossim, por soluções para evitar dilações desta natureza que geram consideráveis prejuízos à prestação jurisdicional e aos direitos do cidadão garantidos constitucionalmente.

É como voto.

Recife, 19 de janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator